

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E NÃO DIVULGAÇÃO

Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.853 de 2019, através do presente instrumento, **ASSOCIAÇÃO DE APOIO À CRIANÇA COM CÂNCER - AACC**, com sede nesta capital na Rua Borges Lagoa, nº 1.603, Vila Clementino, inscrita no CNPJ sob o nº 54.963.061/0001-83, doravante designado(a) simplesmente INSTITUIÇÃO, se compromete, por intermédio deste presente TERMO, a não divulgar, sem autorização, quaisquer informações de propriedade do doador, em conformidade com as seguintes condições:

I. Reconheço que em razão da utilização das ferramentas tecnológicas, e mediante o cadastramento de dados poderei ter acesso a diversas informações pessoais, sensíveis, confidenciais ou não - armazenadas nos sistemas informatizados sob minha responsabilidade;

II. Tenho ciência de que as credenciais de acesso (login e senha) à eventuais ferramentas tecnológicas são de uso pessoal e intrasferível e de conhecimento exclusivo. É de minha inteira responsabilidade todo e qualquer prejuízo causado pelo fornecimento de senha pessoal à terceiros, independente do motivo;

III. Reconheço que para os fins deste documento serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando;

a: a. Dados pessoais - qualquer informação que possa tornar uma pessoa física identificada ou identificável;

b. Dados sensíveis - Qualquer dado pessoal que diga respeito a origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, bem como dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico;

IV. Me comprometo a não utilizar qualquer informação à qual tenha acesso, classificada como confidencial ou não, para fins diversos daqueles para os quais tive autorização de acesso;

V. Estou ciente que, é proibida a cópia, de qualquer informação para dispositivos estranhos ao fim que se destina, bem como a divulgação e compartilhamento, devendo ser realizado o tratamento de dados com a maior segurança possível;

VI. A AACCC obriga-se a informar imediatamente ao doador qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço;

VII. Reconheço que os prejuízos causados em razão da quebra de confidencialidade, disponibilidade ou integridade das informações às quais tenho acesso, poderão ser reclamados, judicial ou extrajudicialmente e, caso caracterizada qualquer infração penal, poderei ser pessoalmente responsabilizado;

VIII. Reconheço que meus dados pessoais utilizados para efetivação de doação por cartão de crédito, serão conservados por qualquer tempo e após esta finalizar, durante os períodos de retenção de dados legalmente exigíveis, de forma estritamente necessária, tais como, mas não se limitando, pelos prazos prescricionais para ajuizamento de ação penal ou civil, assim como para o exercício do direito de defesa em processo judicial de qualquer natureza, garantida a transparência, confidencialidade, integridade e disponibilidade das minhas informações pessoais, bem como o exercício dos direitos previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 ("LGPD");

IX. A AACCC determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam direta ou indiretamente envolvidos com a prestação de serviços objeto da relação contratual do presente Termo de Confidencialidade e Não Divulgação, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

X. Reconheço, neste ato, ter lido, compreendido e sanado todas as dúvidas sobre o Termo de Confidencialidade e Não Divulgação.

LGPD). Aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que: (i) a operação de tratamento seja realizada no território nacional; (ii) a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou (iii) os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional (Art. 3º, caput e incisos I a III, LGPD).